



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

Mariana Mendes da Mota

Um conto de colonização: como calou histórias

Florianópolis

2025

Mariana Mendes da Mota

Um conto de colonização: como calou histórias

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Alexandre Bergamo

Florianópolis

2025

Mota, Mariana

como a colonização calou histórias /Mariana Mota ; orientador, Alexandre Bergamo, 2025.

45 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. colonização . 3. Ceará. 4. indígBergamo, Alexandre . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Nome completo do(a) autor(a)

Mariana Mendes da Mota

Título: subtítulo (se houver)

Um conto de colonização: como calou histórias

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Museologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia

Local Florianópolis, 16 de dezembro de 2025.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Alexandre Bergamo Idalgo, Dr.(a)

Orientador(a)

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Luciana Silveira Cardoso, Dr.(a)

UFSC

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) Letícia Borges Nedel, Dr.(a)

UFSC

Florianópolis, 2025.

*Dedico a minha ancestralidade de bem e
amor*

AGRADECIMENTOS

Neste agradecimento, inicio primeiramente pela minha mãe, por me dar a força da luz de me parir e colocar no mundo, e ainda assim me segurar nele. Mulher que carrega feridas abertas, mas que cura as minhas. Desde sua infância pede por respostas sobre sua ancestralidade agitada. Espero que eu tenha entregue um bom trabalho. Com todo amor que há em mim, te entrego.

Agradeço imensamente às minhas irmãs que me ensinaram o que é o mundo, e não vejo o mundo sem elas. Obrigada por me criarem pra esse mundo doido. Verônica, por toda a maternidade e cuidados do mundo. Daina, por todo o conhecimento e coragem do mundo.

Agradeço ao meu companheiro de vida por todas as vezes que salvou meu mundo da ansiedade avassaladora com sua paz. Te entrego todo amor calmo que eu puder.

Agradeço aos meus amigos, que são quem são e sabem quem são, por todo estímulo e coragem. Todo amor e paciência que houver nesta terra.

Agradeço imensamente meu orientador, Alexandre Bergamo, que, como brinco, é meu pai do conhecimento, obrigada por tanta simplicidade e empatia.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina por existir e formar profissionais de excelência. Agradecendo também às políticas públicas de ensino que me deram a oportunidade de poder cursar gratuitamente uma universidade de excelência.

Agradeço à banca examinadora, formada por profissionais que admiro muito.

Agradeço à divindade por ter nascido brasileira. Ainda bem!

Agradeço às divindades e forças do bem que me auxiliaram nesse caminhar.

E me agradeço, porque apesar de tudo, eu ainda sou eu.

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

(Pollak, 1989, p. 5)

RESUMO

Esta pesquisa tem como intuito abordar a história oral como um instrumento de pesquisa para analisarmos a memória e a narrativa. Tem como base a história da minha família, sendo esta uma família cearense que possui atravessamentos da colonização e da migração. Iremos olhar para a construção do indivíduo pelo olhar das ciências humanas, buscar os atravessamentos da memória coletiva em relação à memória individual. Iremos analisar até onde a colonização calou narrativas, embranqueceu corpos e narrativas e esqueceu a ancestralidade.

Palavras-chave: Memória individual; Narrativa; Ceará, Colonização.

ABSTRACT

This research aims to address oral history as a research tool for analyzing memory and narrative. It is based on the history of my family, a family from Ceará that has experienced colonization and migration. We will look at the construction of the individual through the lens of the humanities, seeking the intersections of collective memory in relation to individual memory. We will analyze the extent to which colonization silenced narratives, whitened bodies and narratives, and forgot ancestry.

Keywords: Individual memory; Narrative; Ceará; Colonization

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1: Deslocamento de Rosilda pelo Brasil, p. 19
- Fig. 2: Da direita para esquerda: Rosilda, Gecina e a irmã de Rosilda, p. 20
- Fig. 3: Rosilda Simião Mendes, p. 30
- Fig. 4: Neno, p. 30
- Fig. 5: Rosilda Simião Mendes, p. 31
- Fig. 6: José, p. 31
- Fig. 7: Neno, p.32
- Fig. 8: Sebastião, p. 32
- Fig. 9: José, p. 33
- Fig. 10: Chico, p. 33
- Fig. 11: Irmão de Francisco Geraldo Mendes, p. 34
- Fig. 12: Wilson, Francisco, Rosilda, Gecina e Gecilda Mendes, p. 34
- Fig. 13: Francisco Geraldo Mendes, p. 35
- Fig. 14: Maria Lima de Almeida, p. 35
- Fig. 15: Rosilda Simião Mendes, p. 36
- Fig. 16: Registro de óbito de Francisco Geraldo Mendes, p. 39
- Fig. 17: Título de eleitor de Francisco Geraldo Mendes, p. 40
- Fig. 18: Certidão de casamento de Rosilda Simião Mendes e Francisco Geraldo Mendes, p. 40
- Fig. 19: Registro de nascimento de Gecina Simião Mendes, p. 41

Lista de Tabelas

Tabela 1.....	22
---------------	----

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	16
<i>NÃO SE DESCOBRE O PASSADO, CRIAM-SE NARRATIVAS</i>	19
<i>ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA</i>	23
<i>O SILÊNCIO</i>	30
<i>CONTOS QUE CONTAM</i>	43
<i>CONCLUSÃO</i>	45

INTRODUÇÃO

Tendo como base minha própria árvore genealógica, onde o silenciamento, o apagamento e o embranquecimento agiram de forma compulsória e brutal, esse projeto partiu do reconhecimento da distância, tanto física quanto sentimental e psicológica, de uma possível etnia indígena. A ideia da pesquisa surgiu a partir da necessidade de ouvir, com a preocupação de entender o processo geracional de minha própria família, minha árvore genealógica. Assim, surgiram questionamentos sobre como me fizeram nascer em um espaço tão distante da origem dos meus antepassados. Algo tão pouco falado, nenhuma palavra.

Busco compreender os processos que levaram a esse movimento, além de procurar um pertencimento social que possivelmente foi perdido ou esquecido propositalmente. O intuito desse projeto é esmiuçar essa realidade cearense e o que gera esquecimentos propositais como esse. Essa pesquisa procura explorar uma dimensão da história oral, e como ela permeia os andares da construção social, levando em conta o apagamento de histórias que foram atravessadas pela história oficial. O resultado é uma desconsideração do fato de que existem entrelinhas a serem lidas para além do que está escrito nos livros oficiais. Ocorre, assim, uma violência brutal em relação à continuidade dessas histórias, e até mesmo o total aniquilamento de outra possibilidade de história.

Afinal, o que seria essa potência da memória social? Por que ela exerce tanta força nos indivíduos? A nação impõe-se pela necessidade de uma cultura unificada, nem que seja uma unificação apenas de pequenos grupos, como se fossem estados isolados. O ponto em que quero chegar com essa colocação é a exclusão provocada por esses atravessamentos. Como, por exemplo, um pequeno grupo de indivíduos que tenha uma vivência distinta daquela apresentada pela memória oficial. Esse grupo muitas vezes vai desprender-se das próprias lembranças e da própria cultura para ser engolido e engolir o geral.

Pensando a partir das questões que a museologia coloca a respeito da preservação da memória, a retomada do pertencimento social sendo um ato de poder, esse movimento de busca é um passo em relação ao poder exercido. Tendo em vista o entendimento e a possibilidade de uma possível cura coletiva, caso haja necessidade, daqueles que esbarram nas arestas da própria existência, a busca pela ancestralidade gera um confronto direto com questões colonizadoras e geracionais.

O caminho até chegar na temática envolvendo as questões da genealogia e o contexto social cearense me surgiu no início da graduação e foi potencializado quando me deparei com as questões da memória e do poder, de como se relacionam, passando pelas entrelinhas de como o contexto social engloba o particular e faz com que haja um movimento de esquecimento coletivo de acontecimentos. Quando falamos sobre memórias, lembranças e do que se é apresentado, até mesmo no contexto museológico, sofremos com um silenciamento, proposital ou não, e um desconhecimento de outras versões. Com isso, as versões não vão sendo vistas, e assim seguem desaparecendo a cada momento. Temos muitas vezes o espaço do museu como detentor da memória da população e da memória verdadeira. Quando um visitante se depara com algo ali escrito e exposto diferente do que realmente foi vivido, ele passa a jogar o seu individual para o canto e incorporar o que aquele local seguro está apresentando. É preciso concretizar a ação da memória dentro de um ambiente com efetividade antes de chegarmos aos espaços oficiais, como os museus.

Meu intuito nesta pesquisa é analisar as gerações passadas de minha própria família, as crenças e lembranças produzidas por fluxos e atravessamentos, que geraram, modificaram e criaram novas memórias. Imaginemos um contexto em que um indivíduo de uma família percebeu que suas recordações eram desconsideradas. Isso acaba por se internalizar, com memórias familiares passando a ser questionadas, como uma ação em escala crescente, em que pouco a pouco todos vão guardando em seus bolsos as recordações que eles viveram. Essas questões agem no indivíduo, o espaço individual passa a ser coletivo, familiar.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos: *“não se descobre o passado, escutam-se narrativas”*, *“estudos sobre a memória”*, *“silêncio”* e *“contos que contam”*. O primeiro centra seu foco na história que procuramos desvendar e os pontos apresentados acerca da história familiar. O segundo tem seu foco na pesquisa acadêmica, buscando basear-se em importantes pesquisadores no campo da memória e da narrativa, como Gabriele Rosenthal (Rosenthal, 2014), Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1990), Michel Pollak (Pollak,) e Ecléa Bosi (Bosi, 2004). O terceiro, e falo até onde cheguei nesta análise, pensando como o trabalho se entrelaçou com os pensadores, atando e desatando nós. No quarto, e último, trago um olhar intimista sobre minhas vivências e histórias que ouvi durante minha vida, colocando à mostra um pouco do âmago da minha família.

O intuito não é lidar com uma memória morta, e menos ainda matar uma memória que ainda está viva. Isso seria brutalizar ainda mais os acontecimentos e reforçar o ato colonizador e opressivo. Quando estamos falando sobre memória estamos efetivamente falando sobre o sentir, e sobre muito daquilo que é silenciado em nossas famílias? Que nos foi ensinado a ser silenciado? Mas seria essa uma vontade genuína dos indivíduos? Ou por que eles muitas vezes tiveram, literalmente, suas bocas amarradas? Sendo assim, essa pesquisa tentará ir além de uma escrita acadêmica.

NÃO SE DESCOBRE O PASSADO, CRIAM-SE NARRATIVAS

O estudo de caso que será tratado a seguir está relacionado à minha motivação para tentar compreender os fatores que levaram ao esquecimento e ao apagamento da minha história familiar, para que isso ocorresse. Conto com o auxílio de poucos documentos, como algumas certidões de óbito, casamento e nascimento, algumas fotografias, o relato oral da minha tia mais velha e da minha avó, contando com o fato de que a idade já a está debilitando.

Estamos olhando para a história de uma senhora de 97 anos, que criou nove filhos e enterrou seis, nascida em Palmácia, no interior do estado do Ceará. Por volta de 1927, ela sai do interior do estado cearense e vai para o interior do estado de São Paulo, como ilustra a imagem 1. Ainda que de maneira confusa, por conta da falta de informação disponível, minha intenção é entender as motivações que levaram ao processo de migração. Durante as conversas com minha avó, pude compreender que existe um período pré-migração, que é o da realidade de uma família cearense que tem como sustento um pedaço de terra, recebido por herança e dividido com um irmão. Dessa terra vinham as plantações de arroz e de feijão, feitas em conjunto com todos os demais componentes da família. Quando indagada a respeito da motivação para a saída de sua cidade, ela me explica que vivia ela, o esposo e três filhos em um espaço dividido com um dos irmãos, e que houve uma colheita em que trabalharam muito, mas ficaram só com um pouco da produção, que foi dividida injustamente.

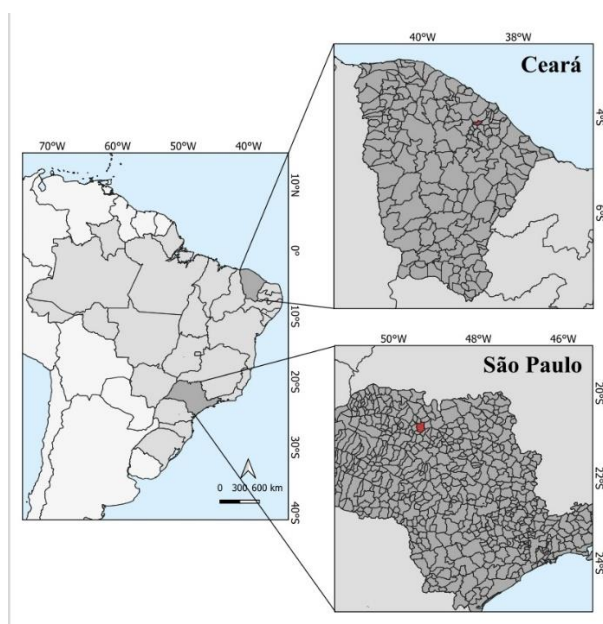


Fig 1: Deslocamento de Rosilda pelo Brasil

Essa colheita mal distribuída gerou uma revolta e a motivação para que o afastamento ocorresse. Através das conversas do meu avô com outros moradores, pensaram na possibilidade paulistana. Com rapidez as coisas já estavam resolvidas para iniciarem a viagem. Essa resposta é rápida, sem que se prolongue. É a história passada para toda a família, justificando também o nascimento dos filhos em mais de um estado do país.

Em função da maneira como as memórias se atravessam, em diversos momentos precisei de outros apoios para as histórias. Conteí também com participação de minha tia mais velha, que se mostrou disposta a ficar ao meu lado, quando procurei ouvir essas histórias, já que ela mesma viveu muito delas, então tinha dois olhares sobre mesmas ocasiões.

A principal questão que se coloca, ao ouvirmos essas histórias, diz respeito ao apagamento da história indígena cearense. Que caminhos levaram para que ocorresse essa suposta amnésia coletiva?



Fig. 2: Da direita para esquerda: Rosilda, Gecina e a irmã de Rosilda

A socióloga alemã Gabriele Rosenthal, em seu artigo *História de Vida Vivenciada e História de Vida Narrada* (Rosenthal, 2014), nos ajuda a compreender que o passado não é palpável, mas sim uma construção daqueles que se conectam, tomando uma narrativa pertencente a outra pessoa. Quando acessamos um passado, não trazemos só os fatos que nele aconteceram, mas toda uma narrativa que é carregada por vivências daquele que conta. Com isso, as recordações:

“[...] não podem ser vistas meramente como “colorações” do passado, mas levam, em cada caso, a uma “outra” reconstrução do passado, referem-se, assim como as perguntas feitas ao passado, àquilo que passou. A dedicação ao passado ocorre por meio de perguntas concretas ou mesmo pela tentativa concreta de evitar perguntas, e também essas perguntas ou as tentativas de evitá-las não podem ser interpretadas sem se estabelecer uma conexão com o passado. As perguntas dirigidas ao passado não se desenvolvem só no contexto atual do ato de perguntar, mas, por sua vez, também surgiram a partir do passado” (Rosenthal, 2014, p. 229).

As perguntas influenciam todo o desenrolar de uma entrevista, além de evidenciar a potência do esquecimento: nem tudo pode e deve ser lembrado. As vivências ultrapassam o limite do tempo. Com determinadas perguntas, conseguimos ir acessando lacunas e falhas que, como um quebra cabeça, vão se encaixando ou ficando sem peças.

A perda da memória pode ser utilizada como meio de sobrevivência a situações extremas, fazendo com que os enraizamentos das gerações anteriores se percam e que os enquadramentos do passado feitos no presente sejam escolhidos de acordo com a necessidade, para que novas raízes façam sentido e possam se concretizar. Assim lidamos com os enquadramentos daqueles que lembram e falam, mas também daqueles que lembram, mas não falam, daqueles que preferem manter-se distantes e daqueles que adornam a moldura.

Quando tratamos de uma memória viva, lidamos ativamente com um espaço de disputa. Possivelmente ainda exista voz para a tentativa de estabelecer contrapontos em relação às memórias que foram soterradas pelo poder ou pela dor. A memória viva deve ser tratada como tal, não deixando que ela se transforme em um

funeral. Já existe uma dificuldade social e biológica de permanência dessa memória, e seria de extrema violência matá-la de alguma forma.

Quando uma pessoa começa a ganhar anos de vida e a envelhecer, com a idade e o acúmulo sentimental, naturalmente temos “falhas” de memória ao contar um ocorrido, começando a ser mais corriqueiro o esquecimento. No caso que estamos observando, lidamos com a falta de memória que está em passar de uma geração para a outra suas narrativas. Podemos contar, algumas vezes, com documentos, com a história oral e a história escrita por aquele que viveu. Mas, neste caso, contamos apenas com alguns poucos documentos e a história oral. Durante esta pesquisa lidei com questões desse tipo, como, por exemplo, poucos documentos disponibilizados para embasar os fatos, apenas uma certidão de casamento e de óbito, fotografias da família, muitas sem identificação e sem ninguém que as possa identificar, e a memória de uma senhora de 97 anos que não demonstra nenhum interesse na pesquisa.

Quando lidamos com memórias dolorosas, por vezes os envolvidos preferem delas se desfazer, numa tentativa de que aquela memória morra. Todos os documentos escritos e fotográficos aqui presentes foram doados com a justificativa de já não precisarem mais deles. Perderam totalmente o significado que poderiam ter para a família.

Nesse processo de apagamento de traços e silenciamento dos mesmos na região nordestina, seria importante aprofundar questões relativas tanto à omissão quanto à recordação. Trata-se de um espaço de memórias subterrâneas (Pollak, 1989) que ainda têm raízes em que se agarrar para permanecerem vivas, então este é um trabalho que aborda questões sobre o silenciamento e o direito à memória. Essas indagações dizem respeito às gerações de minha família, mas talvez digam respeito a outras famílias também. Com isso, todo cuidado é pouco ao tentar narrar essas memórias, essas dores e esses apagamentos, para que sigam vivendo.

ESTUDOS SOBRE A MEMÓRIA

O caso que se pretende estudar aqui é a respeito da vida de uma senhora que carrega traços indígenas, de uma família toda com traços indígenas, mas que nega qualquer semelhança. Mesmo diante de traços nítidos e da proximidade dos aldeamentos indígenas, existe uma rigidez e um afastamento de qualquer tipo de vínculo. O Ceará é o nono estado com maior concentração de população indígena, havendo uma alta possibilidade de que a miscigenação tenha acontecido.

O caso que iremos estudar aqui é sobre a vida dessa senhora, que carrega traços indígenas, uma família toda com traços indígenas e nega qualquer proximidade, mesmo com traços nítidos e a proximidade de possíveis aldeamentos de povos indígenas, existe uma rigidez e um afastamento de qualquer vínculo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará é o nono estado com maior concentração de população indígena, criando uma alta possibilidade da miscigenação ter acontecido (Tabela 1) (IBGE, 2026).

Tabela 1: Maiores populações residentes de indígenas no Brasil.

Amazonas	490.854
Bahia	229.103
Mato Grosso do Sul	116.346
Pernambuco	106.643
Roraima	97.320
Pará	80.974
Mato Grosso	58.231
Maranhão	57.214
Ceará	56.353

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A base para esmiuçarmos as camadas possíveis começa com a obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, da psicóloga e professora Ecléa Bosi (Bosi, 2004), uma das primeiras referências em psicologia social e memória no Brasil. Em sua pesquisa, ela lembra o sociólogo francês Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1990), que até então era pouco conhecido no território nacional, trazendo questões que eram já abordadas por ele, tais como aquelas relativas à memória individual e à memória coletiva. Tentarei aqui estabelecer um diálogo entre o trabalho de Ecléa Bosi e o de Maurice Halbwachs sobre questões a respeito da permanência e da transmissão de memórias, sobre a forma como a memória coletiva e individual se apresentam.

Devemos avaliar que a permanência da memória pode ser facilmente negociada, gerando uma conciliação entre o individual e o coletivo. Já a transmissão da memória pode ser atravessada por silêncios, do lado do detentor da memória e do lado do ouvinte, revedo a lacuna que temos em relação aos traços indígenas, neste caso específico. Vemos, assim, uma memória sem transmissão e sem permanência num núcleo familiar.

Quando pensamos nos questionamentos envolvendo a história oral, lidamos com algo não palpável e mutável. Afinal, não olhamos para as mesmas palavras toda vez como um documento impresso, o ser humano muda suas letras em dizer algo de acordo com o contexto. A psicologia nos ajuda a pensar sobre o que pode ser alcançado em uma história oral. Utilizando da entrevista para a pesquisa, ela nos mostra que através de cada letra tecida pela linguagem humana, estamos produzindo uma memória oral.

A memória é uma construção individual dentro de coletividades, como propõe o pensamento de Halbwachs. No caso aqui em discussão, estamos lidando com a memória de uma pessoa idosa. Com isso, socialmente passa a ser atribuído um novo significado à sua lembrança: a função de portador oficial da memória. Afinal, a partir do momento que essa pessoa não ocupar a carne, morrer, essa memória também morrerá, caso ela não for transmitida, diminuindo assim as lembranças entre os mais jovens.

Mesmo que passada de forma geracional, ela não irá abarcar todos os sentimentos e enquadramentos anteriores, seguindo assim uma nova trajetória. Quando recordamos algo, é importante salientar que essa recordação não nos vem unicamente da forma como o fato ocorreu. Ela atravessa o ser e abarca sentimentos e conhecimentos daquele que recorda. Quando o próximo a recebe, já vem com uma

carga sentimental atrelada à memória. O papel social de um idoso, conforme analisado por Ecléa Bosi, seria o de lembrar e de aconselhar. No entanto, os mais velhos ocupam muito mais o espaço de “descarte” do que de portadores de memória que mereciam ocupar, um espaço dentro das gerações mais jovens. De acordo com Walter Benjamin (1987), sociólogo alemão, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado.

Devemos considerar que o ato da memória não é necessariamente como o ato de lembrar. Há uma série de nuances entre o lembrar e o esquecer, entre verbalizar e passar para as novas gerações a memória, e todos os movimentos contrários a lembrar, que também fazem parte deste processo. O indivíduo decide, às vezes consciente, às vezes inconscientemente, o que irá transmitir, podendo levar a serem soterradas memórias que jamais serão acessadas.

Quando pensamos nas questões trazidas por Halbwachs, passamos a perceber que, para além do ato individual, mobilizamos toda uma engrenagem social. Afinal, por mais individuais que sejam as nossas lembranças, ainda assim elas fazem parte de um meio social. Ao nos depararmos com uma memória que dividimos com um grupo, como, por exemplo, um grupo familiar, temos facilidade para evocar certas recordações. Afinal, possuem um suporte comum para serem desenvolvidas, uma história partilhada, apoiando-se uma nas outras, produzindo assim um emaranhado coletivo.

Halbwachs distingue a memória em função dos seus graus de complexidade. O primeiro seria aquela memória que pertence a um grupo que temos livre acesso para transitar quando necessário. O segundo, um grupo que é raramente acessível, possuindo assim um maior distanciamento, uma dificuldade para dar continuidade e estabelecer a ligação em relação a essas lembranças. Levando em consideração o caso que estamos analisando, estamos lidando muito mais com o segundo grau de complexidade, pois muitas pessoas evocadas já morreram. Com isso o grupo a que essas memórias pertenciam se tornou de difícil acesso. Esse acesso depende de uma rede de afetividade, um contato com outros detentores das mesmas memórias, e existe uma variedade de acontecimentos que podem fazer com que se rompa o laço memorial.

Devemos levar em consideração que, por mais que a memória seja individualizada, pode ocorrer de que a própria pessoa não se sinta confortável ou não queira se conectar com qualquer recordação ou evocar pessoas do seu passado. Com

esse trabalho de esquecimento, o indivíduo acaba por apagar parte da sua vida e assim, perde todas as conexões com os indivíduos daquele período. Como apresenta a socióloga Gabriele Rosenthal (2014), muito do silêncio dentro das famílias consiste em querer poupar familiares de crescer na dor de certas memórias.

Nos conectarmos com memórias que nunca vimos faz com que reconstruamos a partir das nossas percepções e representações do momento, e com isso passamos a incluir um novo significado à memória daquele grupo que estamos tentando compreender.

Para pensarmos além do diálogo estabelecido entre Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi, quero tentar pensar a construção de memória a partir dos trabalhos Michael Pollak, *Memória, silêncio e esquecimento* (Pollak, 1989) e *Memória e identidade social* (Pollak, 1992). Até o momento vínhamos discutindo dois caminhos de análise da memória, a coletiva e a individual, agora iremos pensar questões envolvendo a identidade.

Em sua obra, Pollak nos coloca a olhar para memórias e identidades que ocupam um espaço de silêncios, de apagamentos e de fragilidades, ao partir de um passado recente, a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo. Seu trabalho lida com entrevistas de sobreviventes do campo de concentração e de extermínio Auschwitz-Birkenau, partindo de relatos de sobreviventes sobre as memórias ditas e as não-ditas e o movimento consciente, daqueles que passaram por acontecimentos dolorosos, para tentar esquecer. Quando um indivíduo passa por uma situação traumatizante, muitas vezes busca uma fuga, e acaba por fazer o máximo possível para que aquela memória suma.

No caso que nos interessa aqui discutir, da memória de uma senhora de 97 anos, estamos evocando lembranças dolorosas. Com isso lidamos diretamente com um enquadramento específico da entrevistada: a escolha de não-dizer é extremamente presente durante a entrevista, realizada pela neta com a avó para tentar compreender esse processo de memória. Analisando as lembranças expostas, visualizamos uma ferida sendo investigada, como propõe o pensamento do autor: o trabalho psicológico realizado por aqueles que se propõe a evocar feridas, tensões e contradições entre as imagens oficiais e as lembranças pessoais.

Mas por que propor o pensamento individual ligando este à memória nacional, às imagens oficiais? A memória parte de um fenômeno coletivo e social, sendo construída coletivamente. Não conseguimos seguir uma linha válida se pensarmos

exclusivamente nas recordações individuais. Afinal, as memórias, individuais e coletivas, se perpassam em fluxos e atravessamentos constantes. Mesmo quando não trazemos fatos pontualmente históricos e de conhecimento nacional, as perspectivas propostas ao indivíduo vem de um reflexo e de uma construção maior que a individual. Quando falamos de um indivíduo produzindo uma memória, não podemos pensar no indivíduo desconectado de uma sociedade, mas sim em uma carga memorial que se entrelaça a isso tudo e que, muitas vezes, exerce uma força maior que aquela individual.

Quando tratamos de memórias, estamos lidando com um campo de disputa e que, inconscientemente, passa por uma hierarquização social. As memórias tendem a ser soterradas por aquelas tidas como mais importantes e que passam muitas vezes para um nível nacional. Toda memória está sujeita a passar por uma negociação, por questões de poder: não é interesse lembrar de tudo e de todos.

Com isso, estamos lidando com a identidade não só de uma pessoa, mas sim de um grupo, uma memória herdada que passou a habitar as lembranças dos indivíduos envolvidos. Mas não podemos nos esquecer que a identidade e a memória não são fenômenos compreendidos como sendo uma essência rígida e estática. Afinal, existe todo um processo dentro do contexto social em relação à autoimagem e à imagem de um coletivo, e dentro desse cenário existem concessões e negações a respeito do que será lembrado e passado para as novas gerações.

Seria então possível desconectar o indivíduo de memórias alheias? Pensando na prática, quando nos colocamos no papel de recordar, a memória de uma pessoa pode servir de suporte para a memória de outros. Durante o processo de pesquisa, contei com o apoio delicado de outras pessoas.

O Ceará apresentado pela minha avó não é o mesmo apresentado pelas minhas tias. Estamos falando de um mesmo território, mas também de uma série de atravessamentos que criam uma rede de apoio memorial entre os envolvidos. Dentro desse conjunto de depoimentos, é preciso buscar uma semente de rememoração, para que ela se transforme em uma massa consistente de lembranças.

Imaginemos, assim, uma casa em que tenhamos ali dez pessoas de diferentes idades e parentescos vivendo, iniciando com um avô e uma avó, que acabam por gerar um casal de filhos, estes casando e cada um gerando dois filhos, totalizando nesse espaço as dez pessoas, cada qual com idades específicas, por mais que dividam um espaço de convivência, possuem especificidades tanto na construção

individual quanto na rotina diária. Após a morte do avô, em um jantar específico, todos se põem a falar sobre o ocorrido. Estamos falando da memória das nove pessoas ali envolvidas no compartilhamento de um acontecimento, e com isso da criação de uma memória compartilhada. Mas com isso passamos a pensar, todos terão o mesmo enquadramento daquela memória? Estamos sim falando de um acontecimento compartilhado, mas não podemos afirmar essa solidez memorial, que ela não será moldada com a perspectiva de cada um dos envolvidos.

Com o cenário anterior apresentado conseguimos pensar em outros aspectos possíveis de um cenário, quase como se estivéssemos assistindo a uma novela. Mas vemos o que o personagem principal quer que nós vejamos. Podemos esmiuçar essas questões através de outras perspectivas. Primeira, observando o caso da morte do avô, observando a memória compartilhada, e a possibilidade de memória da pessoa mais velha e mais próxima acabar envolvendo as demais, como da neta mais nova, com isso visualizamos um enquadramento sendo construído. Avaliando um pouco mais a fundo essa possibilidade, penso a respeito da falta de identidade da minha própria família, com essa construção não vindo diretamente da minha avó, mas com ela acatando o que lhe tenha sido sugerido acatar, o que foi apresentado a ela. Segunda perspectiva, outro exemplo, a neta do avô morto pode ter passado por uma mudança de perspectiva, passando de uma memória completamente feliz para outra mais sensível, mais dolorosa.

Olhando pela perspectiva da avó, vemos possivelmente uma memória que possui uma quantidade maior de lembranças envolvendo um ente falecido, mas além disso temos um ponto que é o nosso foco central deste trabalho, qual seria, a transmissão da memória. Olhando para um passado em que essa avó possuía com o avô muitas recordações, algumas íntimas, recordações da criação dos filhos, Mas também aquelas que foram recebidas por eles em algum momento.

O ponto central que pretendo chegar com essa comparação é a questão da construção da memória, o pacto social que existe silenciosamente em relação à formação coletiva de uma memória, onde vemos algumas sendo escolhidas com um enfoque maior. O exemplo da morte do avô é banal, mas uma forma possível para falar a respeito de algo de maior amplitude. Pensemos então em uma proporção maior, pensemos em um estado brasileiro ocupando a visão da avó. E nela, que irá narrar a morte do avô. Com isso estamos falando de uma proporção muito maior de memórias e visões entrelaçadas sobre esse acontecimento.

Não devemos desconsiderar esse fenômeno de “colonização de memórias”. Estamos, sim, falando sobre pessoas que passaram por esse processo, estamos falando em uma escala maior, sobre uma memória enfiada pelas beiradas dentro dos olhos e mentes daqueles que viam de outro ponto o que estava acontecendo.

O intuito de fazer essa análise no macro e no micro é tentar entender os laços do presente e o enquadramento da memória. Vemos uma composição familiar em ambos os casos, mas o familiar está intrinsecamente ligado a esse macro. Muito do que trazemos da nossa família não nasceu efetivamente dentro dela. Não conseguimos nos isolar das influências externas, podendo acontecer uma espécie de filtragem. Mas quando estamos falando de um processo colonizador, vemos que essa filtragem nem tem força de existir.

A memória tem uma importância efetiva quando olhamos para a sociedade. Sem a memória, nossos museus estariam cheios de que? Voltando ao Pollak, e falando na questão patrimonial, passamos a ver um campo de concentração se tornando um museu, mas afinal quem criou a narrativa?

Observando o histórico familiar, vemos que a memória escorre como água para aqueles que tentam pegar uma gota. Muitos dos meus familiares eu não cheguei a conhecer, a mesma coisa com minha mãe, que acabou por se tornar uma pessoa sem o mesmo sobrenome, mas com o mesmo histórico e os mesmos traços fisionômicos. Quando buscamos algo concreto sobre essas pessoas, tios, tios-avós e demais antepassados, tudo se torna nebuloso. Vindo de família humilde, a documentação era quase que inexistente.

O SILÊNCIO

Durante o processo deste trabalho as lacunas foram se abrindo e mostrando-se parte ainda maior da história da minha família. Me foi pedido que eu escrevesse as biografias dos componentes que aparecem nas fotografias que minha avó me entregou, mas me vi em um ponto escuro e silencioso. Os componentes não tinham muitas vezes nome, possuíam titulações como, irmão, tio, mas um nome que não era falado ou um nome sem acompanhamento.

Todas as vezes que realizei perguntas relacionadas à família, a frase “*o que [você] quer com isso?*” vinha junto. Perguntas sobre a ascendência indígena ou até mesmo negras, além de negadas, eram invalidadas, por mais que tenhamos o recurso visual para nos apoiarmos nos traços apresentados. Mas só tive contato com essas fotografias em agosto de 2024, quando de um pedido para minha avó do que ela pudesse me emprestar e o que ela tinha guardado. Então, um dia, minha mãe e minha avó trazem à tona esse novo suporte para meus questionamentos.

Durante uma conversa realizada entre as minhas ancestrais, foi demarcado quem era quem nas fotografias e qual título recebia. Então eu recebo essas fotografias já marcadas e sem muitas falas, gerando novos questionamentos: de onde vieram e para onde vão aquelas pessoas? Mas creio que um ponto muito interessante a se analisar neste processo é que minha avó não quis mais as fotografias, disse que não era necessário devolver, me entregando prontamente todas elas, e ainda a certidão de casamento, a certidão de nascimento da minha tia Gecina, o título eleitoral do meu avô, Francisco Geraldo Mendes, e a certidão de óbito do mesmo. Creio que o fascínio gerado em mim foi justamente esse desapego de tais lembranças físicas, e assim fiz uma tentativa de analisar socialmente esse passo.

Um dos fatores que me encaminhou para este trabalho foi a aparência que minha família tem, sempre com traços de olhos puxados, a pele entre um tom de fundo moreno ou amarelado, lábios bem marcados, cabelos desde crespos até muito lisos. Eu tendo herdado alguns destes traços, e me questionava de onde vinham. Sempre ocorria de me perguntarem se eu tinha alguma ascendência japonesa, mas creio que esses traços pertencem às matas e aos rios do Ceará. A seguir trago essas fotografias dos integrantes da minha família para que possamos ver essa diversidade.



Fig. 3: Rosilda Simião Mendes

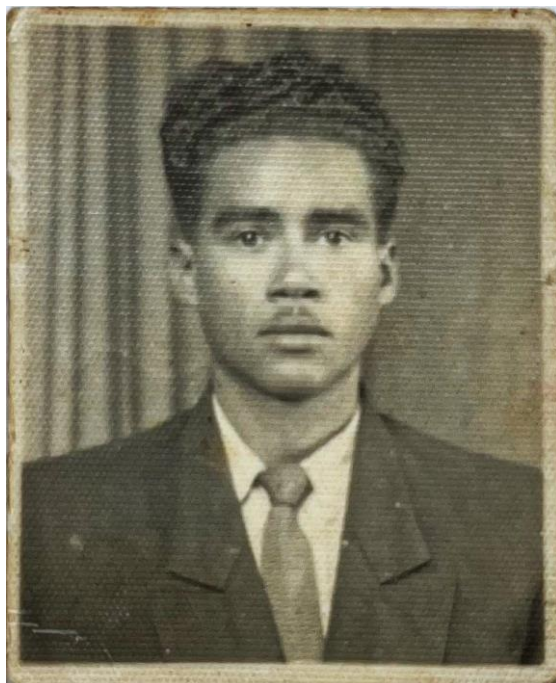


Fig. 4: Neno- irmão de Rosilda



Fig. 5: Rosilda Simião Mendes

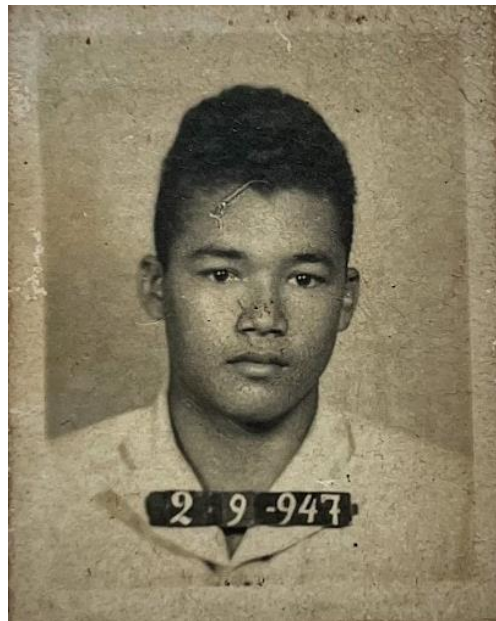


Fig. 6: José- irmão de Rosilda

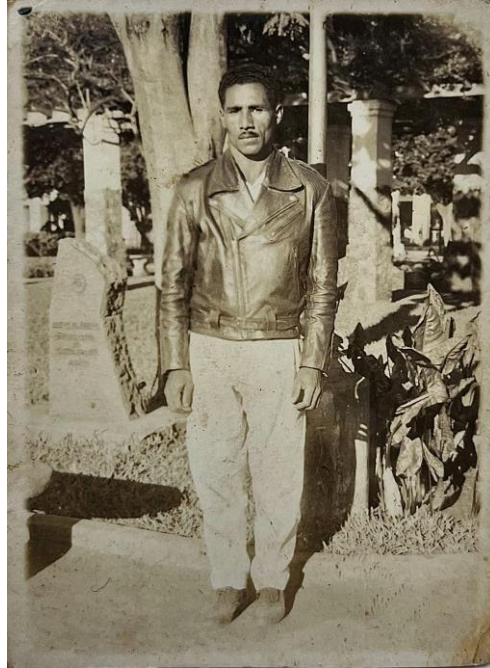


Fig. 7: Neno- irmão de Rosilda



Fig. 8: Sebastião- irmão de Rosilda



Fig. 9: José- irmão de Rosilda



Fig. 10: Chico- Irmão de Rosilda



Fig. 11: Irmão de Francisco Geraldo Mendes



Fig. 12: Wilson, Francisco, Rosilda, Gecina e Gecilda Mendes



Fig. 13: Francisco Geraldo Mendes



Fig. 14: Maria Lima de Almeida- Mãe de Rosilda



Fig. 15: Rosilda Simião Mendes

Ao olhar para essa lembrança traumática, a forma principal para se lembrar dela foi o silêncio, preferindo seguir o caminho não de um esquecimento, mas sim de um lembrar silenciosamente aquilo que não deve ser trazido à tona, a fim de evitar qualquer culpabilização. Como traz Michael Pollak em seu artigo “Memória, esquecimento, silêncio” (Pollak, 1989, p.6), “nesse caso, o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.

O que uma senhora cearense de mais de 90 anos quis dizer ao dispor de todas as suas lembranças físicas para sua neta? Aqui ouvimos uma voz que não fala nada, sendo a função então do não-dito, transpondo a interação do vivido e transmitido. Ainda que sem abrir a boca, vemos uma simbologia nesse ato: seria o medo de morrer e perder as últimas memórias sem dizê-las? Minha avó nunca precisou verbalizar a dor que passou pela vida para que eu soubesse que ela havia ocorrido, num ato tímido, vergonhoso ou resistente de passar para outras mãos aquilo que ela guardava com ela. Por mais que tenha me deixado dúvidas, havia um elo a marcar as gerações: ela não queria passar além dos rostos daquelas pessoas, os nomes já estavam falhados pela memória e pelo silêncio, esse que segue de boca fechada com intuito de não carregar para as próximas gerações a dor inigualável e assombrosa.

O intuito do trabalho não é trazer dados superficiais, mas sim lidar com a delicadeza humana do silêncio, que ao se manifestar não estava evocava apenas as vivências delas, mas todo o vivido e aprendido de outras gerações. Para dar continuidade a uma narrativa, necessita-se de algo inegociável, um ouvinte. E vemos, neste caso, que não se fez necessário tentar manter a história, pois não existia um ouvinte. Quando esse ouvinte chega, ela já estava em um período onde não queria mais falar, a balança seguiu desbalanceada.

Um fato a se considerar é a mudança de ambiente ocorrida. Alguém vindo do Ceará após mais de 20 anos acostumado com sotaque, comida, aromas e texturas, que se depara com uma realidade completamente diferente. A sonoridade das memórias ganha uma nova voz, conduzindo o esquecimento do tom da memória, acabando por se criar um novo enquadramento, meio desajeitado e ainda em construção. Vale dizer que estamos lidando com um cenário diferente de onde os fatos aconteceram, e precisamos considerar as influências que isto causou no enquadramento da entrevistada.

Quando questionada sobre esse desapego, ela me diz *“porque eu tô morrendo”*. Pensando na sua longa vida de 97 anos de pouco falar, é chegado o momento em que um medo silencioso de que aquilo, seja o que for, pare de existir. Afinal, quando morremos algumas de nossas memórias permanecem, mas vemos também uma vida inteira de memórias não-ditas.

Ao pedido de uma pequena biografia daqueles que aparecem nas fotografias, dou em troca um ensurdecido silêncio. Eu não sei quem são aquelas pessoas, apesar de fazerem parte da minha família. Como eu daria continuidade a uma memória que não me foi passada? Minha avó pode perceber-se como guardiã da memória, e talvez não esteja disposta a abrir mão daquela areia fina que tem nas mãos.

Todos estes gestos silenciosos desembocam no sentido da memória em um coletivo, porque pensamos que as memórias lidas nas paredes de museus são aquelas mesmas que caminham nas ruas, nem em um respiro ou em um piscar de olhos. Num vislumbre vi a história da minha vó em paredes de museus. De que histórias estamos falando dentro dos museus? Dos migrantes que saem dos seus ninhos com nove filhos em busca de uma melhor qualidade de vida no outro extremo do país.

Estas lacunas são questões políticas de como a massa acaba sendo soterrada pela memória nacional, aquela que se sobressai levando a crer ser a mais verdadeira. Cremos que aquilo que é representado nos museus engloba o Brasil todo, mas o que quero com esse trabalho é trazer o silêncio nordestino.

A proposta do presente Trabalho de Conclusão de Curso justifica-se através de questionamentos relacionados ao apagamento e ao embranquecimento compulsório do meu núcleo familiar. Os questionamentos surgem de um espaço onde eu via traços em meus familiares, de que apesar de estarmos um país miscigenado, não eram traços com as origens que eles afirmavam. Para além: uma repulsa imensurável de qualquer passado ou relação indígena. Tendo em vista evidenciar práticas sociais de culto a determinadas narrativas e memórias, tento colaborar, através desta pesquisa, com uma maior evidenciação desse processo colonizatório da memória, em como esse fato se desdobra na falta de alguém que narra, lembra e conta as histórias.

Com esse processo colonizatório temos um silenciamento em relação ao espaço e aos habitantes anteriores. Com isso passamos a ter um corte na história e um único caminho a seguir, ignorando todas as ramificações que uma cultura possui. O enfoque é evidenciar, com o exemplo familiar, como muita coisa não chega a ser dita, por desconhecerem as palavras possíveis para relatar algo desconhecido. Tem como foco desmembrar os elos geracionais aplicados a inúmeras famílias, ainda que um único estudo de caso não vá transformar narrativas e memórias de poder em lugares sensíveis à decoloniedade.

A relevância desta pesquisa se mostra também no apagamento, não só familiar, mas de uma coletividade, que contribui para que as memórias nucleares sejam muitas vezes pouco esmiuçadas na coletividade. Até que ponto a memória coletiva é de um indivíduo?

Não ignoro a justificativa individual em relação a esta pesquisa, e considero o fato de que estou analisando a trajetória da minha própria avó. Desde o contato inicial, quando ainda criança, houve interesse em uma maior aproximação da história que vinha do Ceará. Mais pelo distanciamento e pela falta de identidade não solidificada. Com o conhecimento adquirido dentro da graduação, as questões ressurgiram como uma possibilidade mais palpável.

Desde o início do trabalho, o intuito era questionar de onde vieram os rostos da minha família, esses ditos brancos e portugueses. Não com o intuito de estereotipar

os traços de etnias, mas evidenciar o processo de colonização dentro das famílias brasileiras, que desconsideram a parte negra e indígena, como se fosse uma maldição. Com a documentação fotográfica, conseguimos ver uma família nordestina repleta de traços negros e indígenas, demonstrando a pluralidade brasileira e caindo por terra todo o processo corrosivo de embranquecimento. Contudo, esse emquadramento entrou no amago de cada um desses indivíduos, mesmo sem quererem buscar por um tom mais branco para seus antepassados.

Que esse trabalho conclua com toda a pluralidade brasileira, e que, com todos os silenciamentos e as memórias não ditas, possamos ouvir a ancestralidade das nossas terras.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE São Paulo

COMARCA DE São José do Rio Preto

DISTRITO DE São José do Rio Preto

REGISTRO CIVIL

HELENIR TERESINA DA SILVA
2.ª OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

HELENIR TERESINA DA SILVA
2.ª OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo

COMARCA DE São José do Rio Preto

DISTRITO DE São José do Rio Preto

HELENIR TERESINA DA SILVA

Oficial Maior do Registro Civil

Certidão de Óbito

CERTIFICO que, em data de 18 de Janeiro de 1976, no Livro N.º C. 15, a fl. 299, sob o N.º 15 710, foi feito o Registro de Óbito de FRANCISCO GERALDO MENDES,

falecido em 16 de Janeiro de 1911, às 20 horas, neste distrito, 2º subdistrito.

do sexo masculino de cor branca, profissão lavrador, natural de Onda Verde, deste Estado.

domiciliado e residente este subdistrito, com vínte e oito anos de idade, estado civil casado, filho de pais ignorados.

tendo sido declarante Expedito Fernandes, e o óbito atestado pelo Dr. Orlando van Erven Filho, que deu como causa da morte alcoolismo crônico, e o sepultamento foi feito no cemitério de São João Batista, nesta cidade.

Observações: As demais declarações são ignoradas.

O referido é verdade e dou fé.

São José do Rio Preto, 18 de setembro de 1976

9.º TAB. J.ÃO João Batista
R. Quirino da Andrade, 141
SÃO PAULO
T. S. D. SIA - Ord. 2185 FONES: 33-2042 31-4.43

Fig. 16: Registro de óbito de Francisco Geraldo Mendes

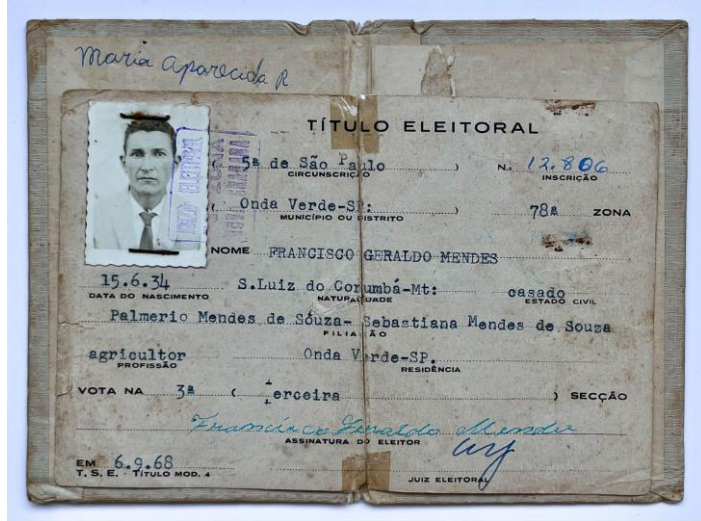


Fig. 17: Título de eleitor de Francisco Geraldo Mendes

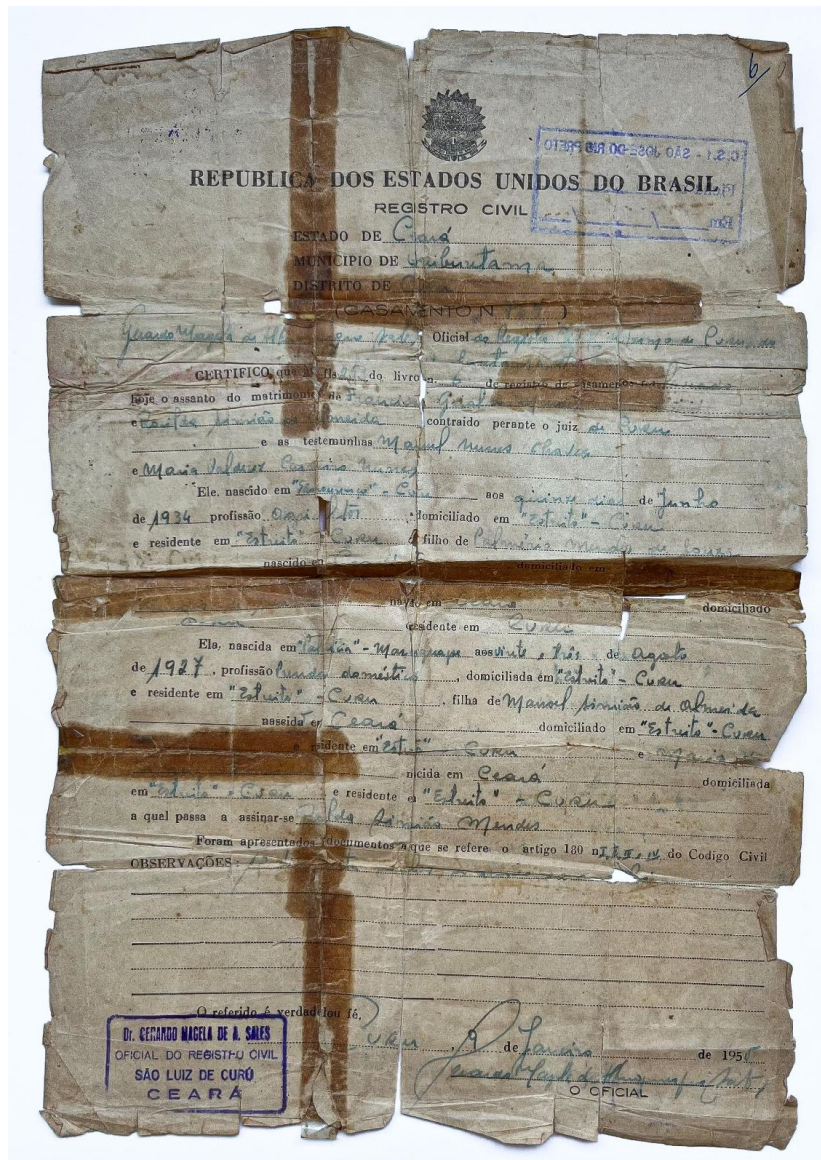


Fig. 18: Certidão de casamento de Rosilda Simião Mendes e Francisco Geraldo Mendes

Talão N.º 2-401

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ORLANDO DE CASTRO LALHO
ESCRIVÃO DE PAZ E NOTÁRIO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

REGISTRO CIVIL

Estado de Mato Grosso
Comarca de Campo Grande
Município de Campo Grande
Distrito de São Judas Tadeu

NASCIMENTO N.º 383

Orlando de Castro Lallo
Oficial do Registro Civil

CERTIFICO que à fl. 383 do livro N.º 1 houve registro de nascimentos, foi lavrado hoje, o assento de Gecina Simião Mendes nascida aos 25 dias e cinco meses de mil novecentos e cinquenta e nove às 11 horas e minutos em São Paulo, Município de São Paulo, do sexo feminino, de côrmorena, filha legítima de Claudesco Geraldo Mendes natural do Estado de Goiás e de D.ª Rosilda Simião Mendes natural do Estado de Goiás casada em São Luiz do Guari. Est. Goiás. São avós paternos Fabiana Mendes Souza e D.ª Sebastiana Mendes Souza e avós maternos Rosalvo Simião de Almeida e D.ª Maria Joana Almeida. Foi declarado por Francisco Simião de Almeida e serviram de testemunhas Manoel Arthur Custado e José Bruno Spol. Observações: filho de mãe de idade sem a idade em vigor.

O referido é verdade e dou fé.
Orlando de Castro Lallo
O OFICIAL de 1959

ORLANDO DE CASTRO LALHO
ESCRIVÃO DE PAZ E NOTÁRIO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

Fig. 19: Registro de nascimento de Gecina Simião Mendes

CONTOS QUE CONTAM

Para finalizar, neste capítulo irei trazer histórias que passam de forma geracional em minha família. O meu intuito ao contar essas lembranças é relembrar a importância da história oral, como conseguimos solidificar indivíduos nunca vistos através do olhar alheio, como precisamos ter ouvidos para ouvir em plenitude uma lembrança que está sendo diluída pelo tempo, essa que parece água e escorre das mãos.

Com as mãos ainda molhadas, conto aqui muito e pouco do que já ouvi, aqui irão atravessar duas gerações e três vozes femininas, minha avó, Rosilda Simião Mendes, minha tia, filha mais velha, Gecilda Mendes de Lima e por último, minha mãe e penúltima filha, a primeira nascida no território paulista em Onda Verde, Maria Gecineide Simião Mendes.

Minha vó conta em lapsos um pouco da vida no Ceará. Ela diz que meu avô não era seu amor, que tinha um namorado antes dele, que havia pedido ela em casamento, mas ela não tinha aceitado, mas que ele era o grande amor da vida dela. Em uma festa de São João, ela precisava trocar de vestido e ele iria acompanhá-la até em casa. Mas, pelos costumes da época, ela recusou por não querer ser vista a sós com um homem. E com isso tiveram uma conversa sobre confiança, onde ele disse que não havia sentido continuar se ela não confiasse nesse. E meu avô já havia mostrado interesse em minha avó, e nessa festa Junina, ela acabou firmando uma relação com meu avô, e aquele tal amor foi embora e em pouco tempo havia falecido. Ela conta isso com saudosismo e arrependimentos, essa história possivelmente se passou por volta dos anos de 1940. Me recordo da sensação de ouvir essa história em um almoço, ao ver minha avó como uma mulher de amores e arrependimentos, com saudades ao falar da Festa de São João e de uma pessoa sem nome, mas com muito amor.

Minha avó não teve uma migração amistosa, seja por uma traição de confiança ou por qualquer outro motivo, ela desapareceu para família. Na época, os programas de auditório que buscavam entes desaparecidos estavam em alta, e as irmãs de Rosilda foram em busca dela em um desses programas, sendo reconhecida em uma mesa de votações. Então foi ao encontro da sua família na terra natal, e depois retornou novamente para São Paulo.

Rosilda não é uma mulher escolarizada. Lê algumas palavras, escreve outras poucas, canta as mesmas canções e nunca leu um livro. Quando perguntei à minha mãe, Maria Gecineide Simião Mendes, qual era a história, a mesma diz orgulhosa que quando aprendia a ler e a escrever ensinava sua mãe. Minha avó dizia que havia ido à escola aos 7 anos, mas que a professora havia falado algo que ela não gostou e que então nunca mais pisaria na escola, e assim foi feito.

Quando pergunto à minha mãe e minha tia sobre o que elas lembram, tenho respostas similares, que as mesmas não possuem muitas lembranças. No geral são memórias duras. Minha tia, Gecilda Mendes de Lima, conta comicadamente que ela pedia café para minha avó, até que a mesma fez a mais nova beber um litro de café sem açúcar, pois eles não tinham acesso. Vemos uma dureza tanto economicamente, quanto de personalidade, quase que como um baú de madeira maciça. Dura por natureza ou endurecida pela vida?

Existe uma última lembrança que minha avó me deixou, sendo esta que me guiou para a curiosidade de descobrir mais sobre meus traços e sobre quem eu sou. Ela me conta que a avó dela, Izabel Mendes da Conceição, morreu queimada pelos cabelos, que a mesma usava uma espécie de lampião para amamentar e costurar, e que o mesmo caiu e queimou os longos cabelos dela, só dando tempo de tirar a criança que amamentava. Teve cerca de três filhos com o seu avô, Manuel Ferreira Lima, sendo uma delas Maria Lima de Almeida, minha bisavó, de quem carrego traços, uma mulher nordestina, cearense, que morreu queimada deixando filhos e nenhuma história além dessa.

Minha família é formada por mulheres carregadas pela dureza, por aniquilamentos de memórias ou memórias duras demais para digerir em uma única geração. Minha família passa por atravessamentos da colonização, onde ocorreram estupros e violências, e com este trabalho tento curar ou abrir caminhos para quebrar acordos coloniais.

CONCLUSÃO

As pesquisas para este trabalho caminharam muitas vezes em círculos. Como já dito, lidamos com uma memória sensível, de idade e de teor. Conseguimos visualizar esse desapego com a própria história por estarmos lidando com o não-dito, aquilo que se fala por entrelinhas. Concluimos com esse trabalho que os pontos mirados se desviaram, que pensar questões de raça são camadas ainda mais profundas e até mesmo desconsideradas para quem vive determinadas situações.

Paramos para pensar como a colonização margeia nossas histórias, contadores e ouvintes. E, para além, como faz parte de nossos museus, onde não vemos histórias de Rocilda Simião Mendes se repetindo pelas vitrines no Brasil. Mas vemos ela se repetir, sim, cotidianamente por todas as ruas que atravessamos.

A terra soterrou as histórias cotidianas. Com isso quero trazer a importância do ouvinte, porque alguns nunca falaram por não terem um fio ligado, um ouvinte do outro lado da linha. E assim vemos lembranças sendo enterradas – literalmente – pela memória oficial.

Por mais que não tenhamos comprovado qualquer ascendência com as populações indígenas do Ceará, conseguimos acessar uma memória viva. E isso é mais que válido, uma memória que fala, anda, ignora, emoldura, que ainda respira e deu a oportunidade de verbalizar um pouco como é ser migrante no Brasil.

Conseguindo então trabalhar conceitos que fazem parte da minha graduação, museologia, e ver na prática como as memórias se entrelaçam entre pessoas e conceitos, concluimos que conseguimos cavar uma memória subterrânea, iguais a muitas outras ouvidas, uma repetição dessa mesma história. Mas dessa vez com identificação.

O intuito central de trazer voz para aqueles que sussurram pelos cantos foi alcançado, mas ainda há muito a se ouvir. Por exemplo: por meio da criação de mais museus, para tecer mais espaços disponíveis, para que as pessoas se vissem dentro destes espaços, com suas histórias ou com histórias semelhantes às suas, mas que o museu fosse um espelho da sociedade e não uma escadaria.

Esta pesquisa conclui que a colonização atravessa de leste a oeste, norte e sul, onde deixa marcas, e muitas destas marcas são pessoas que levam tempo para digerir violências geracionais. Temos que ouvir com ouvidos atentos as memórias das gerações. A história oral tem muito para ouvir ainda.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter (1987). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Companhia das letras, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva e Memória Histórica. A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- IBGE. Resultados do Universo do Censo 2022 revelam que existiam 1,7 milhão de indígenas no Brasil. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC/SP, n.10, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- ROSENTHAL, Gabriele. *História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de auto apresentações biográficas*. Tradução de Tomas da Costa. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017.